ISSN 2237-258X

GINÁSIO SIMON BOLÍVAR EM CORUMBAÍBA-GO: CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO (1956 A 1974)

The Simon Bolivar in gym Corumbaíba – GO: constitution and consolidation (1956 to 1974)

El gimnasio Simon Bolívar em Corumbaíba – GO: constitución y consolidación (1956 a 1974)

Nelsimar José Naves[*]
Wolney Honório Filho[**]

Resumo
O presente artigo é a síntese das pesquisas que originaram um dos capítulos da Dissertação de Mestrado intitulada: História e Memória do Ginásio Simon Bolívar em Corumbaíba - GO. (1956 a 1974), defendida em junho de 2013, junto ao PPGEDUC-UFG/CAC, pautada em uma investigação em torno da História da Educação. A investigação estabeleceu uma abordagem histórica do Ginásio Simon Bolívar, contextualizando com a realidade política e sócio cultural de Corumbaíba, aprofundando a discussão em torno das possíveis relações de poder que permeavam a realidade dessa instituição escolar; além da análise do que se propunha à época, em torno da expansão do ensino secundário no Estado de Goiás e no Brasil. Estima-se que a criação do Ginásio Simon Bolívar e a maneira como ele foi se organizando ao longo de seus primeiros anos, tenha uma relação íntima com a luta por hegemonia política em Corumbaíba. Desse modo, a trajetória dessa escola manifesta-se principalmente a partir de tais eventos e experiências. O conceito de hegemonia foi analisado através de um diálogo com a obra de Gramsci (1984) e (1986). Constituiu-se nesta investigação, uma análise empírica a partir do acervo documental do Ginásio Simon Bolívar, da Prefeitura Municipal de Corumbaíba, além de fontes particulares.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Secundário. Ginásio Simon Bolívar. Hegemonia Política.

Abstract
This article is a synthesis of the research that led to one of the chapters of the dissertation entitled: history and memory of Simon Bolivar in Gym Corumbaíba-GO. (1956 to 1974), defended in June 2013, next to PPGEDUC-UFG/CAC, based on an investigation around the history of education. The investigation established a historical approach of Simon Bolivar Gym, contextualizing the socio-cultural and political reality of Corumbaíba, deepening the discussion around the possible power relations that permeated the reality of school institution; In addition to the analysis of what was at the time, around the expansion of secondary education in the State of Goiás in Brazil. It is estimated that the creation of the Gym Simon Bolivar and the way he was organizing throughout its early years, has an intimate relationship with the struggle for political hegemony in Corumbaíba. Thereby, the trajectory of this school is mainly from such events and experiences. The concept of hegemony was analyzed through a dialogue with the works of Gramsci (1984) and (1986). Was this investigation, an empirical analysis from the documentary collection of the Simon Bolivar Gym, the municipality of Corumbaíba, apart from private sources.

[*] Professor de História, vinculado à Secretaria de Estado da Educação de Goiás e à Prefeitura Municipal de Corumbaíba-GO. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão. Email: njnaves@hotmail.com

[**] Professor do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás _ Campus Catalão e Líder do NEPEDUCA – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Catalão. Email: whonoriof@gmail.com

KEYWORDS: Secondary Education. Gym Simon Bolívar. Political Hegemony.

Resumen
El presente artículo es la síntesis de las investigaciones que originaron un de los capítulos de la Disertación de Maestrazgo intitulada: Historia y Memoria del Gimnasio Simon Bolívar en Corumbaíba-GO. (1956 a 1974), defendida en junio de 2013, junto al PPGEDUC-UFG/CAC, pautada en una investigación en torno de la Historia de la Educación. La investigación estableció un abordaje histórico del Gimnasio Simon Bolívar, contextualizando con la realidad política y socio cultural de Corumbaíba, profundizando la discusión en torno de las posibles relaciones de poder que permeaban la realidad de esa institución escolar; más allá del análisis de que se propone a la época, en torno de la expansión de la enseñanza secundaria en Estado de Goiás y en Brasil. Se estima que la creación del Gimnasio Simon Bolívar y la manera como él fue organizándose al largo de sus primeros años, tenga una relación íntima con la lucha por hegemonía política Corumbaíba. De ese modo, la trayectoria de esa escuela se manifiesta principalmente a partir de tales eventos y experiencias. El concepto de hegemonía fue analizado a través de un dialogo con la obra de Gramsci (1984) y (1986). Se constituyó en esta investigación, un análisis empírica a partir del acervo documental del Gimnasio Simon Bolívar, del Ayuntamiento Municipal de Corumbaíba, más allá de fuentes particulares.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza Secundaria. Gimnasio Simon Bolívar. Hegemonía Política.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de uma pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás - *Campus Catalão*, iniciada em agosto de 2011 e concluída em junho de 2013[1]. Trata-se de um estudo[2] sobre a história e a memória de uma Instituição escolar em Corumbaíba - GO. A motivação primeira para esta pesquisa sobre o Ginásio Simon Bolívar nasceu do contato com o acervo documental disponível naquela escola, o que nos possibilitou o desenho dos caminhos que foram tomados ao longo dos dois anos de investigação.

O Colégio Estadual Simon Bolívar, antigo Ginásio Simon Bolívar, situa-se na Rua Hortêncio Carneiro de Pádua, nº 65, Bairro Simon Bolívar, na cidade de Corumbaíba - GO[3]. É uma escola pública vinculada à Secretaria de Estado da Educação de Goiás,

[1] Pesquisa esta vinculada ao NEPEDUCA - Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação de Catalão.

[2] Um recorte de um dos capítulos do texto final da dissertação de mestrado intitulada História e Memória do Ginásio Simon Bolívar em Corumbaíba - GO. (1956 a 1974), defendida em junho de 2013, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão.

[3] Situado no Sudeste de Goiás, o município de Corumbaíba é banhado pelo rio Corumbá. Teve sua origem no povoado denominado Arraial Novo dos Paulistas, formado na fazenda Arrependidos, de Francisco das Neves e família Ferreira de Cubas. Em 1895 os proprietários da fazenda doaram à Igreja Católica uma gleba de terra de 200 alqueires para a formação de um patrimônio. Em 12 de Janeiro de 1905 o povoado foi elevado à categoria de Vila, ganhando a denominação de Vila Xavier de Almeida.
Com a Lei Estadual nº 351 de 20 de julho de 1909, o povoado passou a se chamar Vila Corumbaíba, porque o local era banhado pelos Rios Corumbá e Paranaíba.
Pela Lei 389, de 08 de maio de 1912, Corumbaíba passou a município, desmembrando-se de Catalão.
O Município destaca-se na produção de leite, e na agricultura desenvolve o plantio de arroz, milho e feijão.
Em Corumbaíba, os visitantes não podem deixar de conferir a Cadeia Pública, tombada pelo Patrimônio Histórico Municipal, e também o Lago do Rio Paranaíba, a Ilha da Fantasia, o Rio Corumbá e as cachoeiras.

subordinada à Subsecretaria Regional de Educação de Catalão. Atende alunos da Segunda Fase (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental, Ensino Médio nas modalidades Regular e EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A documentação preservada, tanto no acervo do Colégio Estadual Simon Bolívar como na Prefeitura Municipal de Corumbaíba, contém boas pistas para o registro e a interpretação da história dessa instituição escolar, que foi a primeira a oferecer o Ensino Secundário em Corumbaíba, no período em que o país vivia o chamado nacional desenvolvimentismo, pavimentado pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek em vários setores. E ainda, no campo da educação, sentiam-se os reflexos da criação da CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário no país, e da Lei 4.024, a LDB de 1961.

O acervo documental disponível no Colégio Estadual Simon Bolívar data do início do processo de institucionalização da escola, em 1956, à qual passaria a funcionar no ano seguinte. Lá, encontram-se acondicionados fotografias, diários, livros, atas, requerimentos, memorandos, ofícios, relatórios entre outros. Além disso, existem registros em livros de ata na Prefeitura Municipal de Corumbaíba, e documentos particulares, que também se constituíram como importantes fontes para a pesquisa.

A investigação desenvolveu-se a partir do seguinte problema de pesquisa: como se constituiu e se estabeleceu o Ginásio Simon Bolívar em Corumbaíba, no período de 1956 a 1974? Consideramos que a criação do Ginásio Simon Bolívar e a maneira como ele foi se organizando tenha uma relação íntima com a luta pela hegemonia política em Corumbaíba.

O recorte temporal escolhido foi entre os anos de 1956, momento em que se iniciou a mobilização para a constituição do Ginásio Simon Bolívar, e 1974, ano em que essa escola se desvinculou da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, passando, então, a ter, oficialmente como sua mantenedora, a Prefeitura Municipal de Corumbaíba, de acordo com as Leis municipais de nº 022/73, 011/74; e a resolução de nº 1.324, de 17 de outubro de 1975, do Conselho Estadual de Educação.

O objetivo geral da pesquisa foi o de compreender os aspectos históricos que levaram ao processo de institucionalização e consolidação do Ginásio Simon Bolívar, estabelecendo uma análise em torno do que essa instituição representa na história do município de Corumbaíba e na memória das pessoas que, de um modo ou de outro, com ela mantiveram alguma vinculação. Como objetivo específico, esta parte da investigação propôs fazer uma abordagem histórica do Ginásio Simon Bolívar, desde sua institucionalização em 1956, até o ano de 1974.

Do ponto de vista metodológico, a investigação foi pautada por uma abordagem em torno da História da Educação. Dessa forma, este artigo procurou estabelecer uma análise sobre a institucionalização e estabelecimento do Ginásio Simon Bolívar, a partir das fontes acima citadas.

Fonte: http://www.pmcorumbaiba.go.gov.br SILVA, Antônio M. da. Dossiê de Goiás - enciclopédia regional; um compêndio de informações sobre Goiás, suas história e sua gente. Goiânia, Master Publicidade, 2001. p.452.

Ver em http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=520590. Acesso em 12-12-2013

O processo de institucionalização do Ginásio Simon Bolívar no contexto da expansão do Ensino Secundário em Goiás

O Ginásio Simon Bolívar, situado em Corumbaíba, no Estado de Goiás, foi criado em 1956 e iniciou suas atividades no ano de 1957, quando ofereceu matrículas para a formação da primeira turma do curso Ginasial. O responsável pelas primeiras iniciativas de como registrar a instituição junto ao Ministério da Educação e Cultura, arregimentar professores e fazer o levantamento de preços de móveis e outros materiais necessários para o início do funcionamento da escola foi o Bispo da Igreja Católica Apostólica Brasileira, o venezuelano Dom Luíz Fernando Castillo Méndez[4]. A escolha do nome da instituição deu-se em homenagem a uma das mais célebres figuras da história latino-americana, um dos principais expoentes das lutas de libertação das colônias espanholas na América do Sul, durante as primeiras décadas do século XIX: Simón José Antonio de la Santíssima Trinidad Bolívar y Palacios, ou Simon Bolívar: o Libertador, que para grande parte dos venezuelanos, é cultuado como um verdadeiro ícone de sua história.

Dentre a documentação disponível no Colégio Estadual Simon Bolívar, há uma procuração[5] em que a Mitra Diocesana da Igreja Católica Livre no Brasil outorga poderes ao Bispo de Goiás, Luiz Fernando Castillo Méndez, para representá-la mediante a venda de um terreno para a construção das futuras instalações do Ginásio. O documento é bem detalhado, com as medidas do terreno e seus confrontantes. É um dos indícios que demonstram que o projeto de instituir uma escola de nível secundário em Corumbaíba era capitaneado pela Igreja Católica Apostólica Brasileira, instalada na cidade e representada na figura de seu bispo, Dom Luis Fernando Castillo Méndez, o que revela seu protagonismo nessa empreitada.

Em 1957, foi instituído em Corumbaíba o setor local da CNEG (Campanha Nacional de Educandários Gratuitos), presidido no período de 1957 a 1965 pelo ex-prefeito municipal Américo Abílio de Araújo, cuja presidente em âmbito nacional nos anos 1956 e 1957 era a Primeira-dama do Brasil, Sara Lemos Kubitschek, que continuou como presidente de honra no biênio seguinte, passando a presidência oficial ao deputado federal Guilhermino Oliveira. Os representantes da CNEG local assumiram a gestão do ginásio, que oficialmente continuou tendo como mantenedor, até o ano de 1959, o religioso Luis Fernando Castillo Méndez. A importância e o protagonismo do religioso no projeto de institucionalização do Ginásio Simon Bolívar se expressam em alguns documentos preservados na referida escola, tais como o ofício de nº 333, emitido por Clóvis Figueiredo,

[4] Dom Luiz Fernando Castillho Mendez, nasceu em 04 de Dezembro de 1922, na Venezuela, sendo filho de Sacramento Castillo López e Carmen Méndez de Castillo. Estudou no Seminário Diocesano Sto. Tomás de Aquino - São Cristobal – Venezuela (1933-37), sendo Bachiller em Humanidades (segundo grau), e no Seminário Maior de São José - Caracas – Venezuela (1938-41), tendo cursado Filosofia na Universidade Gregoriana de Roma (1942-46). Recebeu a Sagrada Ordenação Presbiteral na Igreja Católica Apostólica Romana, em Espanha, a 10 de Agosto de 1944, aos 22 anos de idade. Mais tarde recebeu a Sagrada Ordenação Episcopal como Bispo da Igreja Católica Apostólica Brasileira, em 03 de Maio de 1948, aos 25 anos de idade. Foi o Primeiro Bispo de Brasília – Brasil e quatro vezes Presidente da Igreja. Como Patriarca das Igrejas Católicas Apostólicas Nacionais, convocou um Concílio Mundial dos Bispos, que se reuniu em Portugal, nas instalações da Igreja Apostólica Episcopal Portuguesa, entre 19 e 25 de Outubro de 2003. Faleceu em 2009. Fonte: http://www.igrejaortodoxahispanica.com/Biografias/Luiz_Fernando_Castillo_Mendez.html. Acesso em 03 de dezembro de 2013.

[5] Acervo documental do Colégio Estadual Simon Bolívar.

inspetor seccional da CNEG ao mesmo Dom Luis, em 06 de setembro de 1956, o qual chama de professor. O ofício em questão possui o timbre do Ministério da Educação e Saúde. O religioso venezuelano encontrou dificuldades para conseguir a autorização dos órgãos competentes para colocar em pleno funcionamento o Ginásio Simon Bolívar. Outro aspecto digno de referência são as garantias exigidas para a autorização de funcionamento de uma escola de nível secundário. A escassez de recursos financeiros, somada à falta de apoio político, foram alguns dos entraves para a realização de seu intento.

Ao longo do ano de 1956, Dom Luis vinha se mobilizando com o intuito de abrir as portas da escola pretendida à comunidade. Em 1957, o Ginásio iniciou suas atividades em "caráter precário", no período noturno, em algumas salas de aula do Grupo Escolar Couto de Magalhães, situado na antiga avenida Tiradentes, hoje, Avenida Barão do Rio Branco, quando, em 1960, foi transferida para sua sede própria, na então Rua dos Mestres.

Embora tenha continuado a funcionar em sua primeira sede própria até o ano de 1981, em 1982, o então Colégio Estadual de 1º e 2º Graus Simon Bolívar foi transferido, através de permuta, para o terreno ao lado, com área de 6.440,00 m², conforme certidão emitida pelo Cartório do Registro de Imóveis, Livro 2, Folha 1, Matrícula 985; em 27 de agosto de 2008, quando o prédio original passou a ser sede da Prefeitura Municipal de Corumbaíba.

Ao longo de cinquenta e sete anos de existência, o Ginásio Simon Bolívar sofreu mudanças, tanto físicas, quanto em sua vinculação institucional, conforme se observa a seguir: Ginásio Simon Bolívar, vinculado à CNEG de 1956 a 1974; Colégio Municipal Simon Bolívar, vinculado à Prefeitura Municipal de Corumbaíba, no período de 1974 a 1978; Escola Estadual de 1º e 2º Graus Simon Bolívar, com vinculação junto à Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Goiás, de 1979 a 1981; e, por fim, a denominação atual, Colégio Estadual Simon Bolívar, desde o ano de 1982, com vinculação junto à Secretaria de Estado da Educação de Goiás[6].

Conforme o Ofício 333/56[7], que estabelece informações sobre os requisitos necessários para a abertura de uma instituição escolar nos moldes do que pretendia o religioso Luíz Fernando Castillo Méndez, percebe-se a necessidade do proponente possuir lastro patrimonial, o que sinalizava que a CNEG não intencionava arcar com os prováveis ônus de iniciativas que, por uma razão ou outra, não prosperassem.

A CNEG oferecia às escolas vinculadas, toda sua tradição e influência junto aos órgãos competentes, o que representava a garantia de repasses federais. Em troca, cada escola deveria seguir as diretrizes estabelecidas pela Campanha em nível nacional.

O projeto de expansão do ensino secundário em Goiás (1942-1961)

O surgimento, em 1956, de uma Instituição de Ensino Secundário em Corumbaíba está, de certo modo, relacionado à conjuntura do país e às ações que foram estabelecidas pelo estado de Goiás, no contexto educacional. A análise é feita à luz das leis promulgadas nos anos que antecederam o período, bem como da legislação vigente à

[6] Acervo documental do Colégio estadual Simon Bolívar.
[7] Acervo documental do Colégio Estadual Simon Bolívar.

época, leis essas que estabeleceram as diretrizes para a educação em Goiás e no Brasil. Além disso, os possíveis interesses de determinados grupos locais no período de institucionalização dessa escola, assim como na sua gestão nos anos seguintes, estabeleceram um mote no qual esta investigação também se pautou. Buscando entender o contexto histórico e as políticas educacionais que influenciaram fortemente os rumos da educação durante e depois do Estado Novo, observa-se a Reforma Capanema, e mais especificamente, o Decreto Lei 4.244[8] de 09 de abril de 1942, que organizou o Ensino Secundário em dois ciclos: o Ginasial, com quatro anos, e o Colegial, com três anos. A atenção especial dada a essa modalidade de ensino, por parte do ministro Capanema é expressa na seguinte visão:

> [...] o secundário era o nível de ensino por excelência, destinado a formar os futuros cidadãos em sua consciência patriótica. Educar para a sociedade foi interpretado como educar para a nação. Nesse sentido, tal objetivo definia um currículo de acentuado conteúdo humanístico, necessário para a preparação das individualidades condutoras do povo e da nação. A lei define em destaque: o ensino religioso, estimulando sua introdução no currículo; a educação física, obrigatória aos estudantes dos cursos diurnos e dada a grupos organizados de alunos, independente do critério da seriação escolar; a educação moral e cívica, não incluída no currículo, mas como já dito, parte de um amplo programa de formação e das disciplinas história e geografia. Prescrevia ainda que preferencialmente a educação secundária para mulheres deveria se realizar em estabelecimento específico para esse fim. (VEIGA, 2007, p. 292).

A principal finalidade do Ensino Secundário era a preparação de uma geração destinada a liderar o povo, portanto, uma educação elitista, na qual o Estado Novo depositava suas fichas, e, à qual envidava esforços para que fosse consolidada.

Alguns anos mais tarde, o ensino secundário continuou a ganhar visibilidade, tendo em vista dois momentos significativos. Veiga assinala que:

> Entre 1942 e a LDB de 1961, que novamente reorganizou o ensino secundário, aconteceu um período fértil de novas iniciativas para o desenvolvimento dessa área. No aspecto administrativo, em 1946 foi criada a Diretoria de Ensino secundário (e diretorias dos outros níveis e modalidades de ensino) subordinada ao Ministério de Educação e Saúde. Houve ainda realizações quanto ao provimento de recursos financeiros, como foi o caso da instituição, em 1953, da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Médio (Cades), com fundo financeiro especial. (VEIGA, 2007, p. 293).

A criação da Diretoria de Ensino Secundário[9], em 1946, já anunciava novas mudanças que ocorreriam nos anos seguintes, o que de fato aconteceu com a criação, em

[8] Lei Orgânica do Ensino Secundário. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%E1rio.htm
Acesso 03 de dezembro de 2013.

[9] Fundo Nacional de Ensino Médio. Lei nº 2.342/54. Decreto nº 37.494/55. Disponível em: http://www.siop.planejamento.gov.br . Acesso em 06 de outubro de 2012.

1953, da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Médio (Cades), que, entre outras atribuições,

> [...] tinha como objetivo uma série de metas para o melhoramento do ensino secundário, entre as quais destacam-se: promover cursos de capacitação para professores, técnicos e administradores; financiar bolsas de estudos para professores se aperfeiçoarem no país ou o estrangeiro; dar assistência e assessoria técnica a instituições; promover estudos de programa, material e livros didáticos para ajustar o ensino aos interesses dos jovens; divulgar serviços de orientação educacional; contribuir para a instalação de prédios, oficinas, laboratórios, equipamentos e mobiliário; promover intercâmbios entre escolas e educadores nacionais e estrangeiros. O órgão publicava ainda a revista *Ensino Secundário*, da qual Luiz Alves de Mattos foi editor no período de 1957 - 1963 (VEIGA, 2007, p. 293. grifo da autora).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de nº 4.024/61 estabeleceu novos parâmetros para o Ensino Secundário, na medida em que

> ...alterou as leis orgânicas de 1942 e estabeleceu a educação de grau médio. Esse nível de ensino compreendia o ensino médio, o curso secundário e o curso técnico... o ensino médio foi fixado para funcionamento em dois ciclos, ginasial (quatro anos) e colegial (três anos); o curso secundário tinha como diferenciação um currículo mais diversificado; o ensino técnico abrangia os cursos industrial, agrícola, comercial e de formação de professores, também em dois ciclos. Em decreto de 11/3/1996, foi instituída bolsa de estudo para alunos do ensino médio pagarem os estabelecimentos particulares (VEIGA, 2007, p. 294).

No Estado de Goiás, segundo aponta Nepomuceno,

> Praticamente tudo estava por ser feito no plano educacional quando as forças oligárquicas dissidentes chegaram ao poder. O índice de analfabetismo foi estimado, na época, em 86,3%...O Relatório de 33 apontou a existência de apenas seis estabelecimentos de ensino normal e três de ensino secundário, ressaltando, no entanto, que o liceu de Goyaz era... *o único estabelecimento oficial equiparado de ensino secundário existente no Estado*... (NEPOMUCENO, 1994, p. 55. Grifo da autora).

Antes da década de 1930, Goiás necessitava de investimentos de toda ordem para a implantação do Ensino Secundário, que praticamente inexistia no Estado. Com o início da expansão dessa modalidade de ensino em Goiás, esse cenário começou a se modificar. O Relatório de 33, analisado por Nepomuceno, destaca que

> [...] o caráter seletivo do curso secundário, que deveria se destinar apenas aos "bem dotados", na medida em que centrou sua preocupação no aluno, isto é, no seu talento, na sua vocação, no seu interesse, etc., deixando intocada a relação dele com suas condições sociais e materiais de existência. Esse caráter seletivo, emprestado ao ensino secundário, fica comprovado, se atentarmos para o universo dos alunos que frequentaram o Liceu (NEPOMUCENO, 1994, p. 60).

O caráter elitista em que na prática se inseria o Ensino Secundário em Goiás, não se limitou aos anos 1930 e 1940. Nas duas décadas seguintes, de forma especial, nos

municípios menos populosos, como era o caso de Corumbaíba, grande parte da população vivia no campo, onde as escolas isoladas ofereciam apenas o Ensino Primário. Nesse sentido, Nepomuceno destaca que

> A população urbana não recebia, na sua totalidade, sequer a instrução primária... a educação secundária, nos moldes em que foi proposta (currículos enciclopédicos associados a um processo rigoroso e seletivo de avaliação), destinou-se de fato aos setores mais abastados da sociedade brasileira (NEPOMUCENO, 1994, p. 62).

Em relação à educação secundária em Corumbaíba, a realidade não era diferente. Em março de 1958, dois anos após a criação do Ginásio Simon Bolívar, e um ano após o início das atividades escolares, a quantidade de alunos matriculados era a seguinte: 30 alunos na 1ª série e 17 alunos na 2ª série, totalizando 47 alunos; já no ano de 1960, eram 24 alunos matriculados na 1ª série, 08 na 2ª série, 06 na 3ª série e 05 na 4ª série, ou seja, 43 alunos no total[10]. Nota-se que, quatro anos após o início das atividades escolares no Ginásio Simon Bolívar, já com matrículas efetivas nas quatro séries do Ginasial, houve uma redução no número de alunos. A primeira série, porém, teve uma menor redução. Dois fatores podem explicar essa situação: é possível que o grau de repetência da 1ª série tenha sido alto. No entanto, o mais plausível é que a evasão de alunos nas séries seguintes fosse crescente, tendo em vista a redução brusca de matrículas na 2ª, 3ª e 4ª séries.

Corumbaíba possuía uma população urbana de 1.171 pessoas; outras 6.814 pessoas viviam no campo, ou seja, 85,3%[11] da população[12]. Tinha, portanto, um perfil de caráter rural, assim como grande parte do estado de Goiás e do Brasil, nos anos 1950. É possível perceber que, mantida a população urbana aproximada de Corumbaíba entre 1950 e 1960, cerca de 4% desse grupo se matriculava no Ginásio Simon Bolívar. Era, de fato, uma educação para uma minoria da população.

Na análise desta realidade, Nepomuceno (1994, p. 62) destaca: "Esperava-se que estes setores, forjados pelo "novo" conhecimento, que a referida Reforma imprimiria à sua formação, estaria capacitado para atuar sobre as massas analfabetas." Entretanto, o que se percebe é que nos anos finais da década de 1950, a classe média já pleiteava o acesso a graus de ensino mais elevados. No caso de Corumbaíba, os centros urbanizados mais próximos encontravam-se no Triângulo Mineiro, como Araguari e Uberlândia. Com todos os problemas vividos à época, como estradas sem pavimentação, alto custo de permanência de estudantes em outras cidades, além do fato de que, em alguns casos, esses mesmos jovens constituíam-se parte da mão de obra disponível nas atividades econômicas familiares, nada mais oportuno do que viabilizar sua permanência em sua própria cidade, e esse objetivo passava pela oferta de um nível de ensino mais avançado do que o já existente. Nesse sentido, o Ensino Secundário possibilitaria atender a essas demandas.

Bretas (1991, p. 591) também destaca que "A expansão do Ensino Secundário foi notável a partir dos anos cinquenta". A criação do Ginásio Simon Bolívar, portanto, seguiu uma política de expansão dessa modalidade de ensino no estado de Goiás, que ocorreu, principalmente a partir da década de 1950. O mesmo autor observa ainda que

[10] Acervo documental do Colégio Estadual Simon Bolívar.
[11] Dados referentes ao recenseamento feito em 1950.
[12] Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. 36, ano de referência: 1958, p. 134.

> No interior, muitos colégios também surgem, primeiro nas grandes cidades, e depois nas cidades menores, de modo que hoje, cada cidade de três mil habitantes acima tem o seu colégio, oficial ou particular. Os primeiros a adquirirem o privilégio do reconhecimento foram os mais antigos... Em seguida outras cidades pleiteiam do governo estadual um ginásio ou colégio oficial, para obterem logo em seguida a equiparação, privilégio que todos se esforçam por alcançar. Aos poucos o Estado vai atendendo a essas aspirações, criando colégios e construindo prédios para alojá-los, ou encampando outros já existentes, de iniciativa particular ou dos municípios, os quais viviam em dificuldades (BRETAS, 1991, p. 591).

A obra do autor sobre a História da instrução pública em Goiás é vasta, sendo que suas pesquisas nos arquivos de Goiânia, cidade de Goiás e do Rio de Janeiro demandaram alguns anos e suas análises e textos foram construídos a partir de 1971. Portanto, é necessário contextualizar sua abordagem. Há também um forte teor redentorista nas menções feitas ao Estado, como se este, no sentido de sanar as dificuldades dos municípios, se dispusera a atender a suas demandas educacionais.

Em âmbito nacional, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi marcado pela chamada política desenvolvimentista, pautada pelo slogan "Cinquenta anos em cinco". Entretanto, no que se refere à educação primária e secundária, o chamado desenvolvimentismo pouco se fez presente no período.

Em um país, cuja população, em grande parte era campesina, acreditava-se não haver qualificação profissional suficiente para a constituição de uma mão de obra operária que suprisse as necessidades advindas dos vultosos investimentos nacionais e internacionais em infraestrutura, e atender às demandas do grande número de multinacionais que rapidamente se instalaram no país. A opção de JK foi de investir na regulamentação do Ensino Técnico-Profissionalizante por meio de iniciativas como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

O discurso da expansão do Ensino Médio em Goiás, no governo de José Feliciano Ferreira[13]

No que diz respeito à proposta de expansão do Ensino Médio em Goiás, um relatório disponível no acervo documental do Colégio Estadual Simon Bolívar, datado de 26 de março de 1960 traz a *lúmen* algumas questões que são pertinentes à análise, na medida em que procura descrever a maior parte das ações desenvolvidas para esse nível de ensino no estado, ao longo dos primeiros quatorze meses do governo de José Feliciano Ferreira (janeiro de 1959 a janeiro de 1961). É relevante analisar algumas características

[13] Perfil biográfico de José Feliciano Ferreira - PSD. Estudos: Faculdade de Direito, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro. Profissão: Advogado e Proprietário Rural. Nascimento: 15 de dezembro de 1916, Jataí, GO. Vida Política e Parlamentar: Vereador à Câmara Municipal de Jataí, 1947; Deputado Estadual, PSD, 2ª Legislatura, 1951-1955. Presidente da Assembleia: 16.04.1953 a 20.04.1954. Líder da maioria; Secretário de Estado da Educação e Cultura, adm. Jonas Duarte, 16.07.1954 a 30.01.1955; Secretário de Estado da Educação e Cultura, adm. José Ludovico, 31.01.1955-1958; Governador do Estado de Goiás, PSD, 1959-1961; Senador Federal, PSD, suplente de JK, 1961; Senador Federal, PSD, 1963-1970. Disponível em: http://www.assembleia.go.gov.br/deputado/perfil/deputado/1808. Acesso em 03 de dezembro de 2013.

desse documento de quatorze páginas, intitulado "A Divisão de Ensino Médio do Segundo Grau nos primeiros quatorze meses de governo do Doutor José Feliciano Ferreira em Goiás".

O relatório destaca os eventuais avanços do governo naquela época, ressaltando, inclusive, o "grande desenvolvimento" por ele proporcionado, pois se trata de um documento oficial, assinado por José Sisonando Jayme, diretor de Divisão do Ensino de 2º Grau, do Estado de Goiás. Contudo, percebe-se uma preocupação em ressaltar, no discurso, a consolidação e o fortalecimento de determinadas instituições escolares no interior do estado, evitando, assim, a transferência de jovens dessas localidades para a capital. O documento, emitido em 26 de março de 1960, descreve os gastos do governo com materiais de uso diário e permanente, as aquisições e pagamentos de pessoal, e menciona as leis de criação de escolas no Estado, justificativas, enfim, para as diretrizes desenvolvidas por aquele governo no período.

O diretor da Divisão de Ensino de 2º Grau, José Sisonando Jayme, além de enaltecer o trabalho, ressaltando os avanços mencionados por ele, relativos aos quatorze primeiros meses do governo de José Feliciano Ferreira, fez um desabafo quanto às dificuldades encontradas para colocar em prática seu projeto de expansão do Ensino Médio em Goiás.

Ressaltou as dificuldades financeiras e criticou a burocracia de determinados órgãos, especialmente a mentalidade arcaica de chefes políticos do interior do estado. Finalizou o relatório resignado com os destinos da educação, porém, com uma fagulha de esperança de que a transferência da Capital Federal para o interior do país proporcionaria mudanças de ordem comportamental nas práticas políticas estabelecidas em Goiás.

O governo de Mauro Borges (1961 a 1964)[14], aparentemente, manteve o mesmo discurso na direção da expansão da rede de Ensino Médio no Estado de Goiás. É nessa direção que apontou o documento[15] assinado pelo presidente do Setor Estadual da CNEG à época, Venerando de Freitas Borges, remetido ao Governador Mauro Borges.

Destacou a assistência e o estímulo dados pelo governador às "boas iniciativas particulares" na direção da rede de ensino de grau médio no Estado de Goiás. Solicitou, ainda, a nomeação de uma lista de professores para o quadro de docentes do Estado de Goiás e colocados à disposição do Ginásio Simon Bolívar.

Esta já seria uma das preocupações mencionadas no relatório descrito anteriormente, assinado por José Sisonando Jayme, relativo ao governo anterior, o que leva a crer que a escassez de professores era de fato, um problema estrutural, como se percebe

[14] Mauro Borges nasceu em 15 de fevereiro de 1920 na cidade de Rio Verde. Tem uma forte presença política na sua formação, já que é filho de Pedro Ludovico Teixeira e presenciou toda a movimentação e a articulação que seu pai empreendeu durante o período da Revolução de 1930, da construção de Goiânia e da resistência ao movimento paulista de 1932. Mais uma vez no Sul do país, Mauro Borges então tenente-coronel participa do "golpe preventivo" deflagrado pelo Marechal Lott em favor da posse do presidente eleito Juscelino Kubistchek. Na época sua proximidade com a política aumenta e apoiado pelo pai candidata-se e é eleito deputado federal em 1958. Antes de encerrar esse mandato conquista, em 1961, o de governador de Goiás. À frente do Governo do Estado, Mauro Borges inicia a implementação de ações modernizadoras na administração pública estadual. Entre as inovações, cria a Secretaria de Planejamento e Coordenação, iniciativa pioneira no país. Fonte: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_310_Biografia_Mauro_Borges.pdf. Acesso em 03 de dezembro de 2012.

[15] Acervo documental do Colégio Estadual Simon Bolívar.

na análise do documento emitido pela Divisão de Ensino Médio. Embora o diretor da Divisão de Ensino Médio do Estado de Goiás procurasse enaltecer os esforços do governo ao qual estava vinculado, no sentido de atender às demandas de pessoal qualificado para as escolas secundárias, o mesmo criticou de forma incisiva a falta de qualificação docente existente nas instituições escolares espalhadas pelo Estado. O relatório reflete o discurso oficial utilizado pelo representante da Divisão de Ensino Médio da Secretaria de Educação de Goiás.

As relações de poder construídas a partir do Ginásio Simon Bolívar e da CNEG local.

Algumas figuras políticas de Corumbaíba, nos anos 1950, 1960 e 1970 tiveram seus nomes fortemente ligados ao Ginásio Simon Bolívar. Américo Abílio de Araújo foi Presidente do Setor Local da CNEG - Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, entidade mantenedora da instituição escolar em questão, entre 1957 e 1965, além de presidente do Diretório Municipal do PSD, como faz questão de subscrever em alguns documentos encontrados. Foi prefeito de Corumbaíba nos anos de 1952 a 1955, e no ano de 1959. Joaquim de Lima Quinta, escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Corumbaíba, foi secretário do Ginásio Simon Bolívar e também secretário do setor local da CNEG, tornou-se prefeito no período de 1967 a 1970. Nos primeiros anos da década de 1970, quem respondia pelo setor local da CNEG era Ildefonso Naves de Almeida, que concorreu à prefeitura municipal nas eleições de 1970, sendo derrotado nas urnas por Oneves Carneiro de Araújo. Outras pessoas que estavam ligadas à CNEG em Corumbaíba tiveram, também, seus nomes vinculados ao Ginásio Simon Bolívar. Foi o caso de Dirce Ferreira de Almeida e Silva, Secretária daquela entidade, que exerceu as funções de secretária e também de diretora da escola; Antônio de Moura Neves, primeiro tesoureiro da CNEG local, nos anos de 1959 e 1960, professor do ginásio e Promotor de Justiça; Geraldo Batista de Siqueira, professor da escola nos anos de 1966 e 1967, que embora, aparentemente não tenha tido nenhuma vinculação oficial com a CNEG local, foi Promotor de Justiça em Corumbaíba, de dezembro de 1965 a março de 1968. A influência de algumas pessoas à frente da CNEG local, assim como do Ginásio Simon Bolívar, era tão evidente, que consta no acervo da escola um documento[16] registrado em cartório e assinado por Joaquim de Lima Quinta, escrivão da Coletoria de Rendas Federais em Corumbaíba e membro da diretoria do setor local da CNEG, que atesta sobre regular o funcionamento da Organização Hospitalar de Corumbaíba. Por ocasião de sua fundação, a diretoria da organização hospitalar era composta por: Américo Abílio de Araújo, presidente; Agostinho Pereira, vice-presidente; Dr. Antonio de Moura Neves, 1º secretário; e Antônio Máximo, 1º tesoureiro. A maioria das pessoas à frente da diretoria dessa organização era também ligada à CNEG local e ao Ginásio Simon Bolívar. As principais instituições em Corumbaíba tinham essas impressões digitais, e o Ginásio Simon Bolívar foi um dos núcleos de difusão da ideologia política desse grupo encabeçado pelo Prefeito de Corumbaíba no período de 1952 a 1955 e no ano de 1959, e Presidente do setor local da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, Américo Abílio de Araújo, cuja filiação partidária era o Partido Social Democrático - PSD[17]. Em uma compreensão sobre o papel

[16] Acervo documental do Colégio Estadual Simon Bolívar.

[17] O PSD (Partido Social-Democrático) abrigou a face conservadora do getulismo, formada por lideranças rurais e por altos funcionários estatais, enquanto que o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), inspirado no Labor Party da Grã-Bretanha, agregava as lideranças sindicais e os operários fabris em geral. O partido rival, a UDN (União Democrática Nacional), liberal e antipopulista, congregava a burguesia e a classe média

das instituições nas relações sociais, aponta-se, inclusive, que a escola e a sociedade são enxergadas a partir de um mesmo prisma, e, nessa direção, entende-se que

> [...] o sistema educacional tende a ser um instrumento de representação das sociedades altamente desenvolvidas em uma situação de dependência típica, onde um grupo privilegiado se reserva o direito de desempenhar na própria sociedade o papel das sociedades desenvolvidas sem que possa apresentar a legitimação para tal (BERGER, 1977, p. 233, 234).

Aqui, a escola assume sua função de propagar as ideias de determinados indivíduos e seus modos de compreender o mundo. As concepções e as verdades de um grupo, que está à frente da instituição escolar, tendem a se manifestarem com maior ênfase, o que não significa que não haja questionamentos e rupturas. As punições, inclusive, muito comuns nas escolas, sejam elas, direcionadas a alunos (reprimendas, suspensões, etc) ou a funcionários (advertências, perda de função, transferências, redução de carga horária, etc), às vezes podem denunciar sinais de conflito entre as diferentes partes.

As relações constituídas na escola não eram tão tranquilas. Havia contradições quanto aos métodos e preceitos estabelecidos no dia a dia da escola. É o que se observa, por exemplo, na Portaria[18] de nº 6 de 1958, que suspendeu as aulas do Ginásio Simon Bolívar pelo período de uma semana, em virtude de terem sido encontrados na escola, "bilhetes com palavras baixas, ofendendo pessoas de destaque da cidade".

Determinadas pessoas que exerciam as principais funções nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; na Promotoria de Justiça e outros órgãos governamentais em Corumbaíba; além do representante da Igreja Católica Apostólica Romana, reivindicaram para o grupo hegemônico, a gestão do setor local da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, o que significava dizer também, a gestão do Ginásio Simon Bolívar. Como isso foi feito? Como, e em que medida, essa elite local utilizou de sua influência e seu poder dentro dessa instituição escolar? Quais os interesses expressos e/ou velados, em assumir a frente do projeto de instituir um educandário de Ensino Secundário em Corumbaíba, nos anos finais da década de 1950? Por que razão o idealizador da escola foi excluído do processo de institucionalização do Ginásio? Todas essas são questões que permeiam a história dessa Instituição escolar. Para melhor compreender as relações de poder[19] que se constituíam do Ginásio Simon Bolívar e do Setor Local da CNEG, a partir de uma perspectiva gramsciana, observa-se que

> O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromissos, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômica-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 1984, p. 33).

---

urbana, favorável ao capital estrangeiro e à iniciativa privada. Disponível em http://www.universitario.com.br/noticias/n.php?i=3150. Acesso em 01 de março de 2013.

[18] Acervo documental do Colégio Estadual Simon Bolívar.

[19] Entende-se pela expressão "relações de poder", aqui mencionada, como o uso da influência conquistada através de cargos públicos ou posição social para adquirir, manter ou ampliar o *status quo* na sociedade. É através dessas relações que alguns indivíduos alcançam certa condição hegemônica em um determinado local.

Gramsci faz uma abordagem sobre hegemonia, a partir do contexto da realidade, italiana, nas décadas de 1930 e 1940. Nas palavras do autor, o grupo hegemônico não só exerce um poder político, mas também econômico sobre a sociedade.

A primeira diretora do Ginásio Simon Bolívar, a Dra. Amália Mohn, cujas gestões à frente da escola se deram em dois momentos: entre os anos de 1957 e maio de 1958, e entre 1964 e 1965, era também, membro da Promotoria de Justiça do Estado de Goiás[20], tendo sido a primeira mulher do Estado a ser nomeada ao cargo de Promotora de Justiça junto àquele órgão, em 1947. No ano letivo de 1958, a professora Amália Mohn foi titular de quatro das nove disciplinas pertencentes ao currículo da escola. Porém, afastou se da gestão da instituição em maio do mesmo ano, retornando no biênio 1964/1965. Desempenhou papel na difusão da Igreja Batista no Estado de Goiás, tendo sido presidente da União Feminina Missionária Batista de Goiás[21] nos anos de 1943, 1944, 1946, 1959, 1961, 1966, 1967, 1972, 1973 e 1983, além de secretária executiva da entidade nos anos 1942, 1948 e 1982.

O padre Ricardo Domingos Liberali, diretor do Ginásio Simon Bolívar nos anos de 1962 e 1963, cujo nome religioso era Frei Luiz Maria Tomás Flores, teve participação ativa nos primeiros anos de vida da escola, e se tornou conhecido e influente em Corumbaíba, local onde existe uma rua, no setor Vila Nova, com seu nome. As ocupações e preocupações desse religioso não se restringiam ao plano espiritual; ao contrário, sua atuação à frente da escola se revelou bastante ativa e, por sinal, ideologicamente conservadora.

Gramsci, a propósito, destaca a questão da hegemonia religiosa, observando que

> Tôda religião, inclusive a católica (ou antes, notadamente a católica, precisamente pelos seus esforços de permanecer "superficialmente" unitária, a fim de não fragmentar - se em igrejas nacionais e em estratificações sociais), é na realidade uma multiplicidade de religiões distintas, frequentemente contraditórias (GRAMSCI, 1986, p. 144)

O autor se refere à religião, em especial à Igreja Católica Apostólica Romana, como uma instituição multifacetada. Embora seja uma mesma doutrina, segundo o autor, o catolicismo possui variáveis que permitem pensar em várias religiões em uma só.

O catolicismo com o qual o Frei Luiz Maria Tomas Flores comungava era política e ideologicamente assumido. Algo que permite tecer algumas considerações sobre o perfil desse religioso é uma carta assinada por ele, em conjunto com João José Ferreira Filho. Não há datação, no entanto, é possível concluir, através de seu teor, que se tratava das Eleições Gerais de 1962[22]. Direcionada aos cidadãos corumbaibenses, intitulada "O aviso

[20]Fonte:<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/conteudo.jsp?page=26&conteudo=conteudo/195f52de3e34e24ada60bcb5cc38ab61.html>. Acesso em: 12 de outubro de 2012.

[21]Fonte: http://cristocentrado.blogspot.com.br/2010/12/historico-ufmbg-visao-missionaria.html.Acesso em: 12 de outubro de 2012.

[22] Eleições reguladas conforme a Resolução-TSE n° 7.018, de 4.9.1962. Eleições diretas realizadas para Senador/ Deputado Federal; Governador/ Deputado Estadual/Distrital/de Território; Prefeito/Vice-Prefeito e Vereadores. Disponível em http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleitos-1945-1990/cronologia-das-eleicoes. Acesso em 01 de março de 2013.

final", era um comunicado por escrito, alertando para o "risco iminente" de um aumento da participação dos partidos de esquerda nas cadeiras dos Poderes Legislativo e Executivo, tanto em âmbito estadual quanto nacional. Ao mesmo tempo, o texto conclamava a comunidade de Corumbaíba a votar nos candidatos apoiados pela Aliança Eleitoral pela Família. O Frei Luiz Maria Tomás Flores possuía forte ligação com os membros da CNEG local, além de ser um dos representantes da Aliança Eleitoral pela Família (ALEF)[23], em Corumbaíba.

O documento foi assinado por João José Ferreira Filho, presidente da ALEF de Corumbaíba, servidor do Ginásio Simon Bolívar e diretor de imprensa e propaganda do setor local da CNEG (eleito em assembleia no ano de 1960); e pelo Frei Luiz Maria Tomás Flores, vigário da Paróquia de Corumbaíba à época, e diretor do mesmo ginásio nos anos de 1962 e 1963. Duas pessoas influentes na cidade, usando argumentos contra o risco do crescimento do comunismo junto aos poderes Executivo e Legislativo em todas as suas esferas.

É possível perceber a articulação que houve no sentido de combater o risco iminente de aumento da participação parlamentar da esquerda. Membros da Igreja Católica Apostólica Romana se mobilizando, utilizando de todos os argumentos possíveis contra o "perigo comunista"; a escola, por sua vez, sendo usada como canal de propagação de tais tentativas de doutrinação, sendo, também, local de embates ideológicos, de posições antagônicas.

Talvez não chegue a causar espanto o fato de que um padre tenha se envolvido de maneira tão ativa em assuntos políticos, nem mesmo que a Igreja Católica Apostólica Romana tenha protagonizado situações de embate ideológico com tendências visivelmente conservadoras.

À luz do pensamento de Gramsci (1986), a questão religiosa é interpretada, observando-se que

> A força das religiões, notadamente da Igreja Católica, consistiu e consiste no seguinte fato: que elas sentem intensamente a necessidade de união doutrinal de toda a massa "religiosa" e lutam para que os estratos intelectualmente superiores não se destaquem dos inferiores. A Igreja romana foi sempre a mais tenaz na luta para impedir que se formassem "oficialmente" duas religiões, a dos "intelectuais" e a das "almas simples" (GRAMSCI, 1986, p. 16).

Algo que chama a atenção no documento da ALEF é o fato do mesmo estar conservado junto a outros documentos oficiais da escola, e o envolvimento desse grupo de pessoas, que, à frente de uma instituição escolar, usavam de sua influência junto à comunidade local para disseminar suas ideias. Ora, a escolha dos docentes, secretários, diretores, enfim, todo corpo de servidores do Ginásio Simon Bolívar, ao longo de sua vinculação com a CNEG (1956 a 1974) necessariamente deveria passar pelo crivo dos

[23] "Criada em 1932 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, por dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, a LEC tinha como objetivo mobilizar o eleitorado católico para que este apoiasse os candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja nas eleições de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte e de 1934 para a Câmara Federal e as assembleias constituintes estaduais. A LEC atuou ainda nas eleições presidenciais de 1945, nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1946 e nas eleições presidenciais de 1950. Em 1962, passou a denominar-se Aliança Eleitoral pela Família (Alef)" (ABREU et al., 2001, p. 3118).

integrantes do setor local da Campanha, pessoas estas que compunham o grupo hegemônico do município. Em síntese, o Setor Local da CNEG era um braço desse grupo hegemônico. Nota-se no documento que a preocupação com o envolvimento dos jovens com movimentos de esquerda era crescente, sobretudo, em virtude das possíveis influências advindas da Revolução Cubana.

Ao analisar as relações da Igreja com o Estado, Berger observa que:

> O interesse da Igreja parece já ter alcançado as camadas sociais que se encontram à base da estrutura social. As condições, e com isso, a tática e a influência, evidentemente mudaram. Em um mundo em rápido processo de secularização, para a Igreja trata-se, em primeiro lugar, de garantir a sua influência, o que pode e deve ser feito também através das escolas. Daí provavelmente o grande número de escolas secundárias e superiores mantidas pela Igreja (BERGER, 1977, p. 220).

Berger destaca a preocupação da Igreja com a manutenção de sua influência, inclusive nas camadas menos favorecidas da população. A escola, conforme menciona o autor, tornou-se, muitas vezes, palco da doutrinação exercida pela Igreja.

Aos olhos do grupo hegemônico em Corumbaíba, o Ginásio Simon Bolívar deveria servir como palco de disseminação das ideias e propostas de uma elite que pretendia se manter e se perpetuar no poder local, difundindo junto à população, sua visão de mundo. Analisando essas questões, é o que se percebe quando destaca Berger: "nisto consiste o dilema das expectativas da camada superior em relação ao sistema educacional: por um lado, espera-se dele determinadas transformações da base material da sociedade e, por outro, que conserve o sistema existente" (1977, p. 203).

O paradigma da elite local corumbaibense, que assumiu a condição de gestora do projeto de colocar em funcionamento o Ginásio Simon Bolívar, segue na esteira do que expõe o autor, uma vez que se fundamenta em uma proposta de oferecer o Ensino Secundário a uma parcela da população local, na perspectiva de um ensino redentor, mas preservando os "valores" por ela consagrados.

Outro cenário já se desenhava no horizonte. Nos primeiros anos da década de 1960 a tensão vinha se ampliando, o acirramento dos embates e a luta aberta e despudorada pelo poder, eram expostos em meio a discursos exaltados e manifestações nem sempre tão pacíficas. Esses ingredientes estavam cada vez mais presentes, em meio a um contexto interno e externo conturbado. Tudo isso apontava para uma conjuntura que em breve deixaria marcas profundas na realidade social, econômica, política e educacional brasileira, que culminou no Golpe Militar de 1964 e todas as suas consequências para as décadas seguintes. O Ginásio Simon Bolívar, bem como as pessoas que de algum modo se nutriram da influência advinda de sua vinculação junto a essa instituição, não estavam alheios a esses acontecimentos. É possível, inclusive, que a presença de um padre da Igreja Católica Apostólica Brasileira, expulso da Ordem e que se acredita, comungava de ideias progressistas, não fosse bem vindo, o que culminou na inevitável exclusão do nome de Dom Luiz Fernando Castillo Méndez do processo de colocar em funcionamento o Ginásio Simon Bolívar, apesar de seu evidente protagonismo na institucionalização dessa escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1974, o Ginásio Simon Bolívar rompeu seu vínculo com a CNEG, que a partir daquele ano, passou a ser subvencionado pela Prefeitura Municipal de Corumbaíba, quando assumiu, naquele momento, a denominação de Colégio Municipal Simon Bolívar. A forma como a figura de um padre da Igreja Católica Apostólica Brasileira, notadamente o idealizador de um projeto de implantação de uma escola secundária em Corumbaíba, é retirada de cena, permite perceber que, muito mais do que um projeto educacional, direcionar os rumos do Ginásio Simon Bolívar passava pelo crivo da CNEG. Portanto, assumir a direção dessa entidade significava, por consequência, o anseio de conduzir ideologicamente a juventude e a sociedade local.

Havia uma verdadeira teia de influências exercida por uma elite local, representada pelos poderes constituídos e pela Igreja Católica Apostólica Romana, que, de fato, tinham seus próprios planos para a condução dos caminhos a serem tomados pelo Ginásio Simon Bolívar, sobretudo, sobre sua real missão.

O grupo hegemônico que assumiu a gestão do setor local da CNEG e do Ginásio Simon Bolívar, estabeleceu as regras de conduta junto àquela escola, e suas diretrizes foram moldadas através dos interesses e ideologias desse grupo nos anos que se seguiram.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. et al. (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro***:** pós-1930. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

Amália Mohn. Informações sobre a Promotora de Justiça e ex-professora. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/conteudo.jsp?page=26&conteudo=conteudo/195f52de3e34e24ada60bcb5cc38ab61.html>. Acesso em: 12 de outubro de 2012.

BERGER, Manfredo. *Educação e Dependência.* 2. edição. São Paulo: Difel, 1977.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros 1958: Municípios de Goiás. vol. 36. Rio de Janeiro: 1958. Dados sobre Corumbaíba - GO. Disponível em:<*http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow*>. Acesso em 12 de setembro de 2012.

_____Dados sobre as eleições gerais de 1962, no Brasil. Disponível em: <*http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleitos-1945-1990/cronologia-das-eleicoes*>. Acesso em: 01 de março de 2013.

_____ Decreto Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Disponível em:<*http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas /decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%E1rio.htm*>. Acesso em: 06 de outubro de 2012.

_____ Fundo Nacional de Ensino Médio. Lei nº 2.342/54. Decreto nº 37.494/55. Disponível em: <*http://www.siop. planejamento.gov.br*>. Acesso em: 06 de outubro de 2012.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da instrução pública em Goiás.* Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

Dom Luis fernando Castillo Méndez. Biografia do Bispo da ICAB. Disponível em: <*http://www.igrejaortodoxahispanica.com/Biografias/Luiz_Fernando_Castillo_Mendez.html*>. Acesso em: 10 de outubro de 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História.* 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____*Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.* 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

José Feliciano Ferreira. Dados biográficos do ex-Governador de Goiás. Disponível em: <*http://www.assembleia.go.gov.br/deputado/perfil/deputado/1808*> *A*cesso em: 23 de outubro de 2012.

Mauro Borges Teixeira. Dados biográficos do ex-Governador de Goiás. Disponível em: <*http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_310_Biografia_Mauro_Borges.pdf*>. Acesso em: 23 de outubro de 2012.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *A ilusão pedagógica; 1930-1945:* Estado, sociedade e educação em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

PSD. Dados sobre o Partido Social-Democrático. Disponível em: <*http://www.universitario.com.br/noticias/n.php?i=3150*>. Acesso em: 01 de março de 2013.

União Feminina Missionária Batista de Goiás. Histórico da organização. Disponível em:<*http://cristocentrado.blogspot.com.br/2010/12/historico-ufmbg-visao-missionaria.html*>. Acesso em: 12 de outubro de 2012).

VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação.* São Paulo: Ática, 2007.

Recebido: 04/09/2015
Aprovado: 30/06/2016